

A IRRIGAÇÃO NO MÉDIO SÃO FRANCISCO: UM EXEMPLO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL?¹

Agripino Souza Coelho Neto²

RESUMO: *O presente trabalho tem como objetivo avaliar as repercussões espaciais da política de irrigação adotada no Vale do São Francisco. Utilizando-se como recorte a Região Econômica do Médio São Francisco, realiza-se uma investigação do rebatimento espacial da intervenção estatal, planejando e produzindo o espaço regional. A análise de documentos governamentais e dos dados secundários do Censo Demográfico, aliado à coleta de dados primários na pesquisa de campo realizada no Perímetro Irrigado Formoso, localizado no Município de Bom Jesus da Lapa, possibilitaram o desenvolvimento destas reflexões e a constatação da produção da seletividade sócio-espacial na região em tela. As constatações das manifestações da seletividade são demonstradas no âmbito das escalas regional e local. Os resultados apresentados concorrem para o questionamento da validade discursiva que informa o êxito das políticas de desenvolvimento territorial, apontando a necessidade dos estudos, do debate e do redirecionamento das orientações políticas.*

Palavras-chave: Política territorial; Irrigação pública; Médio São Francisco.

1. INTRODUÇÃO

A região Nordeste, historicamente objeto de debates nacionais, haja vista a amplitude que ganhou a problemática das secas, esteve submetida a políticas especiais do Estado brasileiro desde o início do período republicano. Os diversos eixos de discussão empreendidos sobre o assunto no âmbito político-institucional, acadêmico, midiático e nos fóruns sociais informam as características e interpretações predominantes sobre o intervencionismo estatal.

Dentre as diversas modalidades de intervenção pública dirigidas ao Nordeste, a política de implantação da agricultura irrigada oferece exemplo ilustrativo para essa discussão, constituindo-se em matéria-prima para subsidiar a reflexão sobre a ação do Estado como agente central na elaboração e execução de políticas territoriais.

No âmbito das análises acerca da irrigação pública, desenvolvida no Nordeste brasileiro, as diferentes interpretações podem ser agrupadas em alguns eixos discursivos que contribuem para abrir o debate sobre o tema.

O caráter do Estado brasileiro, autoritário, paternalista e clientelista, concorreu para a apropriação dos instrumentos de política adotados e sua utilização no favorecimento de interesses privados em detrimento do benefício da coletividade regional. (BURZTYN, 1987.) Nessa perspectiva, a irrigação pública, colocada em curso no Nordeste, é interpretada como um conjunto de políticas estatais, orientadas para a legitimação recíproca dos poderes central e local, sem apresentar resultados efetivos para a transformação da estrutura política e social arcaica e superação do atraso regional, manifestado através dos indicadores sócio-econômicos e estruturais, a exemplo da elevada concentração fundiária e da renda, que dificulta o acesso à terra

¹ Fragmento da dissertação defendida no Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trabalho financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB.

² Mestre em Geografia pela UFBA. Professor do Departamento de Educação da UNEB/Campus XI. E-mail: agscneto@uneb.br

e reproduz relações de trabalho exploratórias, das condições precárias de trabalho e de vida da população rural e dos elevados níveis de analfabetismo e desemprego.

A concepção do Estado, como aparelho a serviço da acumulação capitalista, permite pensar na orientação das medidas de política no sentido de viabilizar os objetivos de acumulação de capital. (CARVALHO, 1987; GONÇALVES NETO, 1996) Nesse sentido, a irrigação pode ser compreendida como um processo de patrocínio da modernização capitalista do espaço agrário brasileiro.

A implantação de projetos públicos de irrigação pode ser identificada, também, como alternativa para o desenvolvimento regional, propiciando o enfrentamento das adversidades físicas e dos desníveis sócio-econômicos que constituem fator de entrave ao desenvolvimento da região. Esse discurso mostra-se prevalecente nos âmbitos do Estado, podendo ser capturado nos diversos documentos produzidos pelos órgãos governamentais (CODEVASF, 1999, 2001; BANCO DO NORDESTE, 2001).

Os horizontes, abertos pelo advento da agricultura irrigada, permitem, segundo Castro, a reinvenção do histórico discurso da seca. Predominante na Primeira República, o discurso da seca constituía-se, sinteticamente, na construção de uma imagem de atraso e pobreza sobre o Nordeste, para sustentar a reivindicação de recursos públicos federais que, em última instância, garantiam a continuidade do atraso e a manutenção da estrutura social.

Castro (1992, 1997) aponta para uma inversão deste discurso que ocorre no âmbito do Estado e dos agentes interessados na expansão da agricultura, consolidada com base em tecnologia moderna e com grande inversão de capitais. O uso da irrigação no semi-árido nordestino permite um controle diferenciado sobre as condições naturais, promovendo um equilíbrio entre luminosidade, temperatura e oferta de água, ingredientes que viabilizam a produção durante todo o ano, garantindo várias colheitas. Neste sentido, a região Nordeste assume uma nova imagem, representando uma opção de investimentos para capitais, em face das novas vantagens comparativas que apresentam com as disponibilidades de recursos naturais, ou seja, a natureza outrora difundida como entrave ao desenvolvimento, agora é um ingrediente chave na superação do atraso. Esta perspectiva pode ser ilustrada pela citação que segue:

O Brasil é o segundo produtor de frutas do mundo, e a tendência é que, muito em breve venha assumir a liderança. O maior colaborador na busca por este título é o Vale do São Francisco, **onde a natureza não poupou esforços para oferecer um clima propício e terras com grande potencial para o desenvolvimento da agricultura irrigada**, notadamente, para a fruticultura. Fatores como esses, somados à participação da Codevasf na implantação de infra-estrutura para irrigação e na viabilização de crédito para os pequenos produtores, vêm **transformando o vale em um pomar multiplicador de negócios e oportunidades** (CODEVASF, s/d, não paginado, grifo nosso).

O Vale do São Francisco tem se constituído no campo empírico e experimental, no qual se verifica, de forma marcante, a adoção dos novos pressupostos da política nacional de irrigação, cuja especificidade decorre do estabelecimento de uma região de planejamento governamental, da criação de uma agência federal especialmente dedicada para seu desenvolvimento e do privilegiamento à iniciativa empresarial nos projetos públicos. A experiência da irrigação pública no Vale do São Francisco ganha expressividade no final da década de 1960, ainda com a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) e, principalmente, com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), ocorrida em 1974, cuja atuação passou a priorizar a agricultura irrigada. Atualmente este espaço regional, delimitado em torno da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, possui 25 projetos em operação e outros 14 nas diferentes fases de planejamento,

todos sob a responsabilidade da Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).³

Objetivando analisar a validade dos discursos e interpretações sobre o papel, a representatividade e o alcance da irrigação no Vale do São Francisco, é que este trabalho se estrutura. Para efeito de análise, foi delimitado como campo empírico de estudo o recorte da Região Econômica do Médio São Francisco⁴, na qual se localiza a sede da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF e se localizam os Perímetros Irrigados Formoso “A” e “H”. A análise realizada tem por base dados primários e secundários levantados pelo autor. Na da pesquisa de campo, foram aplicados questionários a 20% dos irrigantes dos dois perímetros públicos da região focalizada e 20 entrevistas realizadas com os principais agentes vinculados à agricultura irrigada regional.

2. A SELETIVIDADE ESPACIAL NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

Embora possa ser constatada a proliferação dos espaços irrigados no Vale do São Francisco, bem como a alavancagem de indicadores que apontam o aumento de produção, produtividade e avanços organizacionais, como demonstra o caso do eixo Juazeiro/Petrolina (Caldas, 2004, p. 336-346), a materialização destes processos se manifesta extremamente concentrada espacialmente, produzindo espaços seletivos que se distanciam da paisagem regional.

Os perímetros públicos de irrigação constituem-se em espaços selecionados para construção de infra-estrutura técnica e social para viabilizar a prática da agricultura irrigada, cuja existência vincula-se à função do Estado como agente de planejamento e intervenção no território, orientado por diretrizes, objetivos e interesses específicos.

No caso do Vale do São Francisco, diversos estudos foram realizados com o intento de identificação de áreas prioritárias, repercutindo na instalação de projetos públicos, geralmente, nos vales férteis da bacia do Rio São Francisco. Entretanto, as condições naturais verificadas, nestas áreas, não correspondem à totalidade da região Nordeste, nem mesmo de todo o Vale do São Francisco. A implantação de um projeto de irrigação exemplifica o exercício do trabalho humano, buscando construir condições espaciais específicas para a realização do processo produtivo, implicando o uso de tecnologias não disponíveis originalmente nas áreas selecionadas, que são fenômenos espaciais pouco expressivos, em termos de área efetivamente ocupada, na região discutida no âmbito deste trabalho (Região Econômica do Médio São Francisco). Estes pressupostos reforçam a idéia defendida por Castro (2000, p.45-63), que considera os projetos de irrigação como ilhas de tecnologia, ou seja, espaços dotados de infra-estrutura moderna que se destacam no espaço regional.

Nesse sentido, os perímetros de irrigação constituem espaços seletivos na realidade regional e local, materializando diferenças espaciais em relação ao seu entorno, que podem ser constatadas através da observação da paisagem, denunciando o acesso diferenciado a tecnologia empregada e a água, bem como os variados níveis de produtividade. O Perímetro Irrigado

³ A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) foi criada em 1948 para atender à Constituição Federal de 1946 que estabelecia 1% da renda tributária da união para o aproveitamento das potencialidades da Bacia do Rio São Francisco. No ano de 1967, o órgão se transformou em Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), tornando-se em 1974, a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que em 2000 incorpora o Vale do Parnaíba e passa a chamar de Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

⁴ A região do Médio São Francisco assumida neste estudo considera a delimitação regional adotada pela SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.

Formoso se enquadra nesta formulação quando observada sua inserção na Região Econômica do Médio São Francisco (nível regional) e sua diferença em relação ao Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (nível local).

2.1. As manifestações regionais da seletividade

Para sustentação das idéias acima defendidas, destaca-se, primeiramente, a escala de análise regional, tomando-se como recorte as Regiões Econômicas do Estado da Bahia. O Projeto Formoso⁵ localiza-se no município de Bom Jesus da Lapa e, conseqüentemente, na Região Econômica do Médio São Francisco. Mesmo abrangendo 16 municípios, que atingem uma superfície de 47.114 km² (tabela 1), a região possui apenas dois perímetros públicos de irrigação (Formoso “A” e Formoso “H”) concentrados em um único município e uma área irrigada de 11.976 hectares, que não ocupam mais de 0,25% da superfície regional. Esta situação assume maior proporção com a constatação de que 57% da população da referida região reside na zona rural e que o número de beneficiários dos dois projetos, que totaliza 928 colonos (tabela 2), não atingindo 0,5 % da população rural dos municípios que a integram. Outro fator que acentua a gravidade é o processo de concentração de que propriedade dos lotes de colonização em poder de alguns agentes que respondem melhor à lógica que orienta o funcionamento da agricultura irrigada.

O parcelamento das terras dos perímetros públicos no Vale do São Francisco, tem privilegiado a iniciativa empresarial, fato que se verifica no Formoso (vide Tabela 2), no qual 61,61% dos lotes foram destinados a empresas. Essa orientação se mostra questionável com a constatação de o perímetro experimenta uma ociosidade na área empresarial que atinge 54,79% no Formoso “A” e 88,70% no Formoso “H”, perfazendo 4.918 hectares (Vide Tabela 3). Esses dados tornam-se mais representativos quando constatado que na região do Médio São Francisco existem 28 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, em pleno movimento de luta pela terra,⁶ e que a região depende principalmente do setor agrícola para movimentar sua economia, com uma população que é predominantemente rural.

⁵ Vale salientar que, embora este trabalho abranja o estudo dos perímetros públicos Formoso “A” e Formoso “H”, em determinados momentos, usar-se-á apenas a denominação Projeto Formoso para indicar os dois perímetros, procedimento que objetiva conferir melhor operacionalidade ao texto.

⁶ Fonte: MST, FETAG e CETA - 2004. Informação concedida pelo GeografAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. *Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia*. Projeto de Pesquisa Integrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA. Salvador, 2004.

Tabela 1 - População e superfície dos municípios da Região Econômica do Médio São Francisco – 2000.

MUNICÍPIOS DO MÉDIO SÃO FRANCISCO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO TOTAL	SUPERFÍCIE TOTAL
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	Km ²
Barra	19.621	44,41	24.562	55,59	44.183	11.333
Bom Jesus da Lapa	37.726	69,32	16.695	30,68	54.421	3.951
Brejolândia	1.832	20,91	6.930	79,09	8.762	2.619
Buritirama	5.924	33,29	11.873	66,71	17.797	3.798
Carinhanha	10.483	38,44	16.789	61,56	27.272	2.752
Feira da Mata	2.822	45,26	3.413	54,74	6.235	1.656
Ibotirama	16.384	67,85	7.765	32,15	24.149	1.391
Iuiú	4.571	43,58	5.918	56,42	10.489	1.096
Malhada	6.073	38,89	9.541	61,11	15.614	2.138
Matina	2.759	26,94	7.483	73,06	10.242	773
Morpará	5.494	63,91	3.103	36,09	8.597	1.732
Muquém de S. Francisco	997	11,01	8.055	88,99	9.052	3.834
Paratinga	9.067	32,76	18.612	67,24	27.679	2.956
Riacho de Santana	11.011	38,44	17.632	61,56	28.643	2.698
Serra do Ramalho	3.742	11,48	28.858	88,52	32.600	2.677
Sítio do Mato	6.470	55,05	5.282	44,95	11.752	1.710
Médio São Francisco	144.976	42,96	192.511	57,04	337.487	47.114

FONTE: IBGE – Censo Demográfico, 2000.

ELABORAÇÃO: Agripino Souza Coelho Neto

Tabela 2 - Parcelamento da terra no Projeto Irrigado Formoso por subdivisão do perímetro segundo categoria de proprietários – 2004

CATEGORIA DO IRRIGANTE	FORMOSO A			FORMOSO H			FORMOSO A + H		
	Nº	área (ha)	%	Nº	área (há)	%	nº	área (ha)	%
COLONOS	695	3.047	38,85	233	1.551	37,52	928	4.598	38,39
EMPRESAS	162	4.795	61,15	91	2.583	62,48	253	7.378	61,61
TOTAL	857	7.842	100,00	324	4.134	100,00	1.181	11.976	100,00

FONTE: CODEVASF – Divisão de Administração Fundiária, 2004.

DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO FORMOSO – Divisão Administrativa, 2004.

ELABORAÇÃO: Agripino Souza Coelho Neto

NOTA: Os dados levam em consideração apenas a SLI (superfície líquida irrigável), objeto do parcelamento entre lotes familiares e empresariais.

Tabela 3 – Ocupação das áreas irrigadas do Projeto Formoso
Segundo critérios de parcelamento da terra – 2004

SITUAÇÃO DAS ÁREAS	FORMOSO A				FORMOSO H			
	COLONOS		EMPRESAS		COLONOS		EMPRESAS	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Ocupados	3.047	100,00	2.168	45,21	1.453	93,68	292	11,30
Não ocupados	0	-	2.627	54,79	98	6,32	2.291	88,70
Total	3.047	100,00	4.795	100,00	1.551	100,00	2.583	100,00

FONTE: Distrito de Irrigação do Formoso – Divisão Administrativa, 2004.

ELABORAÇÃO: Agripino Souza Coelho Neto

O pequeno e localizado alcance da irrigação pública no Médio São Francisco produz uma seletividade espacial, distanciando os dois espaços irrigados da realidade rural regional. Esses dados evidenciam, também, a pequena prioridade conferida a este recorte regional pelas políticas de irrigação no Vale do São Francisco. Considerando a superfície implantada, o número de beneficiários e a recente implantação destes perímetros, pouca contribuição pode ser notada para efeito da promoção do desenvolvimento regional, apesar de os estudos e investimentos remontarem à década de 1950.

O estudo desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia sobre os indicadores econômicos e sociais dos municípios e regiões econômicas do Estado da Bahia aponta que a Região Econômica do Médio São Francisco possui os piores indicadores do estado, mais especificamente, o pior desempenho econômico e um dos piores desempenhos na área social.⁷ Essa situação pode ser constatada na Tabela 4 que demonstra a pequena importância do produto regional no âmbito da Bahia. Os dados permitem concluir que a irrigação não tem contribuído para o efetivo crescimento dos indicadores econômicos e melhorias das condições sociais. Numa escala mais ampla pode ser questionado, o impacto econômico do Baixo-Médio São Francisco, região cujo avanço da irrigação assume as maiores proporções no contexto baiano. Apesar da profunda concentração da Região Metropolitana de Salvador, que contribui para distorcer a análise das participações regionais, os valores apresentados pelo Baixo-Médio São Francisco encontram-se inferiores a diversas outras regiões do Estado, a exemplo do Eixo Sul, do Litoral Norte, Litoral Sul, do Nordeste, do Paraguaçu, Oeste e Sudoeste.

⁷ A SEI adota metodologia específica para cálculo dos referidos indicadores, reconhecidos pela sigla IDE (Indicador de Desempenho Econômico) e IDS (indicador de Desempenho Social). O IDE é composto por variáveis que consideram a infra-estrutura, a qualificação da mão-de-obra e o produto municipal, enquanto o IDS considera o nível de saúde, educação, a oferta de serviços básicos e a renda média dos chefes de família.

Tabela 4 – Estimativa do Produto Municipal segundo as Regiões Econômicas do Estado da Bahia – 2000

REGIÃO ECONÔMICA	PRODUTO (R\$ Milhões)	PARTICIPAÇÃO NA BAHIA (%)
Baixo-Médio São Francisco	1.355,49	3
Chapada Diamantina	826,84	2
Extremo Sul	2.439,92	5
Irecê	632,69	1
Litoral Norte	2.854,97	6
Litoral Sul	2.280,68	5
Médio São Francisco	549,95	1
Metropolitana de Salvador	20.761,35	47
Nordeste	2.958,39	7
Oeste	1.720,85	4
Paraguaçu	2.461,08	6
Piemonte da Diamantina	1.083,83	2
Recôncavo Sul	1.357,55	3
Serra Geral	1.093,79	2
Sudoeste	2.014,01	5
Estado Bahia	44.391,39	100

FONTE: SEI. Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios baianos 2002.

2.2. A Seletividade na sua manifestação local

Outra forma de empiricização da seletividade se revela no nível local, com as diferenças verificadas entre o Projeto de Irrigação Formoso e o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho localizados, respectivamente, nos municípios fronteiriços de Bom Jesus da Lapa e Serra do Ramalho. Uma grande parte da área que compõe o Projeto Serra do Ramalho fora originalmente projetada para construção do Projeto Formoso, que fora desapropriada pelo INCRA para abrigar a população desalojada com a construção da barragem de Sobradinho, engendrando a futura constituição e emancipação do município de Serra do Ramalho.

Parece contraditório que as terras atualmente ocupadas com o Projeto de Colonização Serra do Ramalho, localizadas às margens do Rio São Francisco, tenham sido objeto dos estudos e dos planos de irrigação e encontrem-se, ainda hoje, operando num regime de agricultura de sequeiro. O Projeto Formoso e o Projeto Serra do Ramalho, separados apenas pela BR 349, representam duas faces da mesma realidade, pois, pertenciam recentemente ao mesmo município,⁸ demonstrando a ausência de integração entre as políticas destinadas ao espaço rural brasileiro, cujos interesses e objetivos divergentes contribuem para produção da seletividade espacial.

A observação da paisagem denuncia o distanciamento existente entre o Projeto Formoso e o Projeto Serra do Ramalho (Fotos 1, 2, 3 e 4). No primeiro caso, destaca-se a disponibilidade de água viabilizada pelo uso da irrigação, a densidade das técnicas empregadas e da ocupação produtiva do solo, contrastando com a mata seca e com pequenos resquícios de atividade produtiva predominantes no segundo caso. No Projeto Formoso, é notada a presença do Estado com a destinação de recursos, assistência técnica e participação nas decisões do perímetro,

⁸ O atual município de Serra do Ramalho integrava o município de Bom Jesus da Lapa até 1989, quando alcançou seu processo de emancipação. Este município encontra-se estruturado em 23 agrovilas com seus respectivos lotes de sequeiro, organizadas para assentamento da população desabrigada das áreas que foram absorvidas pela barragem de Sobradinho. A sede municipal localiza-se na chamada agrovila 9 que alcançou maior nível de crescimento que as demais.

distante do aparente abandono verificado no Projeto de Serra do Ramalho. A paisagem predominante no Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho caracteriza-se pela ociosidade das terras, exceto pequenos espaços de produção agropecuária e de produção de algodão resultantes da concentração fundiária. O município tem uma população rural de 28.858 habitantes, atingindo 88,52% da população total (tabela 1), pois encontra-se distribuída pelas 22 agrovilas que apresentam carência de empregos e serviços sociais básicos.



Foto 1 – Lote de sequeiro no projeto Serra do Ramalho



Foto 2 – Lote irrigado no Projeto Irrigado Formoso



Foto 3 – Paisagem do Projeto Serra do Ramalho



Foto 4 – Canal de irrigação no Projeto Irrigado Formoso

Outros elementos reforçam as diferenças de dinamismo entre os dois espaços analisados. A existência de um processo de migração de colonos do Projeto Serra do Ramalho para o Projeto Formoso, pois, dos 563 pequenos irrigantes existentes no Formoso “A” em 2001, 36 (6%) eram originários de Serra do Ramalho.⁹ Alguns agricultores se desfizeram de seus lotes de sequeiro no projeto de colonização e adquiriram lotes irrigados no Formoso. Outros possuem terras nos dois projetos, mas sobrevivem da renda gerada no lote do perímetro irrigado. Dentre os 10% dos colonos pesquisados que possuem outras propriedades rurais, em área de sequeiro nos municípios vizinhos, 31% têm suas terras no município de Serra do Ramalho.

As relações estabelecidas entre os dois projetos ocorrem também no plano da oferta de trabalho, uma vez que o Projeto Formoso tem gerado empregos para a população de Serra do Ramalho, seja como mão-de-obra temporária nos lotes irrigados – 17% dos lotes de colonização e 100% dos lotes empresariais utilizam mão-de-obra oriunda deste município – seja como

⁹ Perfil do pequeno produtor rural do Perímetro Formoso Setor “A” elaborado pelo Distrito de Irrigação do Formoso em outubro de 2001.

funcionários assalariados do Distrito de Irrigação do Formoso (DIF) – aproximadamente 40% dos funcionários do DIF residem em Serra do Ramalho.¹⁰ Estas evidências sinalizam para uma nova função a ser exercida pelo município de Serra do Ramalho, a de fornecedora de mão-de-obra para o Projeto Formoso. Esta situação equivale ao processo destacado por Silva (1989, p. 71-75) e Germani (1993, p. 538), sobre a constituição de uma aglomeração espacial de trabalhadores nas proximidades dos perímetros irrigados ofertando mão-de-obra barata, reproduzindo o contexto sócio-espacial que justificou a intervenção pública para a construção da própria infra-estrutura irrigada.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas no âmbito deste trabalho questionam a efetividade do desenvolvimento territorial produzido pelas políticas de irrigação no Vale do São Francisco, pois, mesmo nas regiões nas quais a agricultura irrigada mais avançou, os indicadores econômicos mostram-se pouco substanciais quando ampliamos a escala de análise, como é o caso da participação da economia do Baixo Médio São Francisco em relação ao estado da Bahia.

A política de irrigação tem produzido espaços seletivos na realidade regional do Vale do São Francisco, ratificando a concepção de Castro (2000, p.45-63), que considera os perímetros irrigados como “sub-espacos dotados de infra-estruturas modernas” que destoam da regularidade regional. No caso do Projeto Formoso, ficou evidenciada sua condição seleta em relação à realidade da região do Médio São Francisco, pois se constitui em *locus* privilegiado de produção agrícola viabilizado pela técnica da irrigação. Essa condição foi demonstrada também a nível local quando comparado com Projeto Especial de Serra do Ramalho que pratica uma agricultura de sequeiro e apresenta baixos índices de ocupação e produtividade em relação ao Formoso.

Os resultados apresentados na pesquisa demonstram que a agricultura irrigada é um fenômeno tímido, pontual e pouco representativo no Médio São Francisco, pois beneficia um inexpressivo contingente populacional, especialmente numa região predominantemente rural, frontalmente contrário aos indicadores de urbanização da população brasileira. Além desses aspectos, também concorrem para questionar o discurso do desenvolvimento territorial atribuído à irrigação, a insignificante superfície regional irrigada, bem como os indicadores sociais e econômicos.

A análise da dimensão espacial dos fenômenos produzidos pela sociedade demonstra sua importância explicativa, bem como sua validade para apontar as limitações do planejamento e das ações políticas. Neste sentido este trabalho ressalta que a avaliação do rebatimento espacial das ações empreendidas pelo trabalho humano, especialmente neste caso, circunscrito às ações do Estado, podem contribuir para a compreensão da realidade e subsidiar a discussão e o redirecionamento das políticas públicas, valorizando a dimensão do território.

As análises empreendidas no trabalho reforçam a necessidade de uma maior integração das políticas territoriais, requerendo um esforço para superação da atomização e setorialização excessiva presente na ação do Estado. A valorização da concepção de território como dimensão de análise e planejamento que perpassa a intervenção estatal em todas as suas esferas e setores de atuação pode ser uma perspectiva colocada para superação das desigualdades regionais.

¹⁰ Informação obtida através de entrevista gravada em junho de 2004, com o Presidente do Conselho de Administração e o Gerente Executivo do Distrito de Irrigação do Formoso.

REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE. **Políticas e estratégias para um novo modelo de irrigação**: documento síntese. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

BURZTYN, Marcel. **O Poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

CALDAS, Alcides dos Santos. **Dinâmicas globais e tendências de desenvolvimento rural em territórios periféricos**: o Eixo Juazeiro-Petrolina (Brasil) e a Comarca do Ribeiro (Estado Español). 2001. 614 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2001.

CARVALHO, Inaia M. M. de. **O Nordeste e o regime autoritário**: discurso e prática do planejamento regional. São Paulo: HUCITEC/SUDENE, 1987. p. 79-80.

CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. Imaginário Político e Território: Natureza, Regionalismo e Representação. In: CASTRO, I. E. de. et al. (org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. Ilhas de tecnologia no Nordeste brasileiro e a reinvenção da natureza. **Território**, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n. 9, v.5, p.45-63, jul./dez., 2000.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Inventário de Projetos**. 3. ed. Brasília: CODEVASF, 1999.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Vale investir**. Brasília: CODEVASF, 2001.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Codevasf: um Vale de Realizações, um Vale de Esperança**. Brasília: CODEVASF, s/d. Não paginado.

GERMANI, Guiomar I. **Cuestión Agraria y asentamiento de población en el área rural: La nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990)**. 1993. 665 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Facultad de Geografía e Historia, Universidade de Barcelona, Barcelona, 1993.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil** – Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira – 1960 – 1980. São Paulo: Hucitec, 1996.

IBGE. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Bahia censo 2000**: resultados do universo. Salvador: SEI, 2002. 1 CD-ROM.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios baianos 2002**. Salvador: SEI, 2002. v. 2.

SILVA, José Graziano da (Coord). **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: Instituto de Economia: PRONI, 1989.